

DOS NOVOS PROJETOS URBANOS AOS ABANDONOS DO CENTRO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

*FROM NEW URBAN PROJECTS TO THE ABANDONMENTS OF
THE DOWNTOWN OF PRESIDENTE PRUDENTE/SP*

Bárbara Pozza Scudeller¹

Resumo

O centro das cidades passa por transformações constantes de tempos em tempos. Quase que em um processo cíclico ao longo da história das cidades, o centro recebe novos projetos. Seja sob a justificativa de retomar o seu valor simbólico, seja para atualizar a sua infraestrutura, seja para atrair novos investimentos econômicos, há um consenso entre agentes públicos e privados quanto a ideia de intervir no centro. Esse artigo apresenta o caso da cidade de Presidente Prudente/SP, que recebeu novos projetos para o seu centro nos anos 2010. A discussão gira em torno da ambiência espacial criada por esses novos projetos, comparativamente a ambiência de projetos anteriores. No que são representativas de um processo de abandono ou deterioração do centro? Conclui-se que a ideia de abandono desses espaços é apenas parcial e sua deterioração apenas relativa. Ao invés do abandono dos espaços, houve um abandono do antigo modelo de sociedade local, implicando na necessidade e na conveniência de se pensar novos projetos para o centro.

Palavras-chave: abandono, projetos urbanos, centro, práticas socioespaciais, Presidente Prudente/SP.

Abstract

The downtown undergoes constant transformations from time to time. Almost in a cyclical process throughout the history of cities, the downtown receives new projects. Whether under the justification of resuming its symbolic value, or to update its infrastructure, or to attract new economic investments, there is a consensus between public and private agents on the idea of intervening in the downtown. This article presents the case of the city of Presidente Prudente/SP, which received new projects for its downtown in the 2010s. The discussion revolves around the spatial ambience created by these new projects, compared to the ambience of previous projects. How are they representative of a process of abandonment or deterioration of the center? It is concluded that the idea of abandoning these spaces is only partial and their deterioration is only relative. Instead of abandoning spaces, there was an abandonment of the old model of local society, implying the need and convenience of thinking about new projects for the downtown.

Keywords: abandonment, urban projects, downtown, socio-spatial practices, Presidente Prudente/SP.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre e Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC-USP). Atuante no eixo de pesquisa Conformações Espaciais Urbanas. Possui experiência acadêmica na área de arquitetura e urbanismo, com ênfase em teoria urbana, projeto urbano e produção da cidade.

O abandono do centro

Ao longo da história urbana de cada cidade, há um consenso entre população e gestores públicos quanto a ideia recorrente de se intervir no centro. As intervenções ocorrem de tempos em tempos, como que em um processo cíclico presente em sua história. Os motivos para se intervir no centro costumam ser os mesmos, variando apenas dentro de um rol finito de justificativas. Às vezes, o argumento principal pode ser a valorização do seu aspecto simbólico para seus cidadãos, pode ser o seu papel estruturador dos fluxos que ocorrem na cidade, pode ser a valorização da rede de infraestrutura já consolidada, ou a necessidade de novas estruturas de suporte ao grande fluxo de pessoas e mercadorias. Seja qual for o motivo, as intervenções no centro serão sempre uma constante. Dentre alguns dos argumentos possíveis para justificar a execução de novos projetos, um aqui merecerá destaque: o aspecto de abandono desses centros.

Em essência, o processo de degradação dos centros está vinculado ao seu próprio processo de formação. Segundo Villaça (1998), o centro surge enquanto ponto estratégico na estrutura intraurbana representativo do mínimo de descolamento possível entre todos os integrantes dessa aglomeração². Mas a aglomeração absoluta de todas as pessoas em um único ponto da cidade é impossível. Por isso começam a acontecer os movimentos de afastamento e aproximação a partir dele. Entre aproximações e afastamentos, é possível citar três momentos de mudanças para a conformação espacial do centro: o de concentração, o de degradação e o de transformação (CARLOS, 2007).

O momento inicial de formação dos centros é representativo de uma grande concentração de pessoas, capitais e mercadorias. É nesse ponto nodal da aglomeração que passam a se concentrar os setores administrativos, as áreas residenciais, o setor bancário e os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. A concentração de pessoas e todos esses equipamentos em um único ponto representa uma vantagem competitiva para a minimização de custos e tempo de deslocamento. Contudo, a minimização destes custos nem sempre é do interesse de todos. Alguns segmentos sociais podem escolher arcar com os custos de tempo e deslocamento em troca de exclusividade espacial e prestígio social. As elites sociais podem escolher arcar com estes custos para terem terrenos maiores do que teriam no centro, por exemplo (VILLAÇA, 1998). Mas há aquelas que a escolha de permanecer ou não no centro não seja verdadeiramente uma escolha, mas a única alternativa. São estas as diferenças que marcam a apropriação diferenciada do espaço urbano, incluindo o centro.

Como a concentração de todos os recursos em um único ponto é fisicamente impossível, alguém terá que se afastar do centro, seja por interesse ou necessidade. É justamente neste momento em que o centro começa a ser palco do seu processo de degradação ou aparente abandono. Para Villaça (1998) o processo de degradação do centro é resultado do seu abandono pelas elites locais. Segundo bem destacado pelo autor, o que primeiro se degrada no centro não é o seu ambiente físico, mas a sua localização. A degradação do centro é sobretudo o desgaste de *pontos* da cidade. Perante o aumento da mobilidade espacial motivada pelo aumento da taxa de motorização das classes de mais alta renda, as elites locais passam a se dirigir a novos *pontos*. Então a cidade passa a se expandir em direção a estes novos *pontos* e para eles passam a atrair a valorização imobiliária e o prestígio social. Não foram as deficiências internas

² Lembrando aqui que o centro da cidade não precisa se localizar necessariamente em seu centro geográfico. O uso da palavra *centro* para fazer referência a este ponto é representativo do seu valor material e simbólico para a cidade. Quanto maiores forem as dificuldades de deslocamento da aglomeração, maior será o valor dado ao centro.

ao centro que determinaram o seu abandono, mas a fragilidade de vinculação mútua entre o centro e as elites sociais que o sustentam. Aqui cabe muito bem uma citação direta do autor, em que ele destaca o quanto que o processo de abandono do centro é resultado do desinteresse das suas elites locais.

Não foram deficiências internas dos centros principais que determinaram seu abandono por parte das camadas de mais alta renda. Esse abandono, como já vimos, foi motivado pela fragilidade da vinculação mútua entre nossos centros e a diminuta classe que o sustenta. Tal exiguidade impediu que se formasse um círculo de classes médias e mesmo alta, em torno do centro, sustentando-o e assegurando estabilidade espacial mútua, tanto ao centro como a essas classes. [...]. Não foi por seu *envelhecimento* que o centro principal foi abandonado. Se conviesse às burguesias continuar a usá-lo, elas o teriam renovado e aprimorado, como, aliás, já haviam feito no passado, em inúmeros casos (VILLAÇA, 1998, p. 279).

Ou seja, o aspecto de abandono atribuído ao centro é resultado de sua obsolescência espacial perante o surgimento de novas centralidades urbanas. Com isso e com o passar do tempo o centro resta às classes de baixa renda. Mas um ponto merece aqui destaque: a ideia de abandono é socialmente construída e parcialmente incorreta. A ideia de abandono do centro se confunde ao aspecto depreciativo atribuído aos segmentos populares no Brasil. Por mais que sua infraestrutura física se apresente já muito desgastada pelo tempo, pelo intenso uso, pela falta de investimentos públicos em sua infraestrutura, e pelo desinteresse das elites locais em renová-lo, o centro continua sempre sendo ocupado.

Como bem lembra Vargas e Castilho (2015), não apenas resta ao centro a sua ocupação pelas classes populares, mas também as atividades comerciais e de serviços que continuam no centro passam a se voltar preferencialmente a essas classes. Com o êxodo das elites locais, a substituição se dá por atividades de menor rentabilidade, informais, e às vezes, até ilegais, praticadas por frequentadores com baixo ou quase nenhum poder aquisitivo. Por conta do baixo fluxo de capital que passa a se dar no centro, o poder público pouco se interessa em investir seu capital nesse ponto da cidade. Assim, a ideia de degradação simbólica do centro, resultado da visão pejorativa atribuída às classes populares que passaram a ocupá-lo, começa a também resultar em um aspecto físico de degradação. Fruto da falta de interesse público em se fazer presente em um espaço carente de prestígio político, social e econômico.

Mesmo assim, de tempos em tempos, chega o momento em que novamente o poder público ou privado decide voltar a intervir no centro. Eis que se inicia o momento de transformação desses centros. Como apontado logo no início desse artigo, há vários motivos para se intervir no centro. Alguns dos mais frequentes são a renovação de sua infraestrutura, a revalorização de seu valor histórico para a cidade, e o reestímulo às transações comerciais, financeiras e imobiliárias de maior capital. Seja qual for o argumento usado para se intervir no centro, todos perpassam pela ideia de interrupção do processo de *abandono* – mesmo que esse abandono tenha sido apenas parcial, realizado por grupos sociais específicos.

Dentre os autores que estudam os processos de transformação dos centros, há duas formas distintas de se enxergar as intervenções propostas. Há autores, como Vargas e Castilho (2015) que atribuem a elas uma aparente melhora da imagem da cidade, de pertencimento ao espaço urbano do centro, valorização do patrimônio construído, dinamização do comércio e geração de empregos. “[...] implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem

a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção” (ibidem, p. 05). Por mais que este possa ser um resultado possível, este artigo pretende destacar um resultado mais pragmático e menos idealista dessas transformações. O que geralmente ocorre nos projetos de intervenções em áreas centrais é o desbloqueio do seu potencial de valorização. Os projetos, alguns deles tidos literalmente como *indutores de valorização* (FIX, 2004), desencadeiam a revalorização fundiária do centro. Como consequência, ao invés de os projetos reaverem os antigos valores simbólicos do centro, acabam por destruí-lo.

Esse ponto é bem apresentado e discutido em Carlos (2007), no qual a autora, ao falar especificamente sobre a cidade de São Paulo, destaca alguns pontos sobre os projetos de transformações de áreas centrais. Ao privilegiarem os interesses de circulação, acumulação e reprodução do capital, a preservação dos aspectos simbólicos do lugar são desconsiderados. São estes os aspectos que garantem aos habitantes de uma determinada região da cidade o seu sentimento de pertencimento ao lugar. A partir da destruição dos referenciais cotidianos dos usuários do centro, por exemplo, ou de qualquer outro bairro, ou região da cidade, estes projetos gradativamente enfraquecem a ligação entre espaço-usuário e desestimulam a ocorrência de determinadas práticas socioespaciais. A depender do quanto os projetos de transformações dos centros impactam na sua valorização fundiária e imobiliária, é usual que as classes de baixa renda sejam gradativamente expulsas dos centros – seja por falta de recursos financeiros para arcarem com a especulação da terra ou por falta de vínculos históricos e afetivos que antes tinham com o lugar.

O ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões, o habitar (e as relações que este ato implica como usos de outros lugares), são elementos constantemente negligenciados quando a gestão é a revitalização dos lugares da cidade. Esta lógica revitalizadora esvazia a dimensão da reprodução da vida – que foge a racionalidade homogeneizante imposta pela sociedade de consumo – e nega a cidade enquanto lugar que visa a realização dos desejos do cidadão, lugares apropriados para o uso, cujo conteúdo ultrapassa aquele do mero consumo produtivo dos lugares da cidade. É o que nos revela, por exemplo, o conteúdo dos espaços públicos em sua multiplicidade de sentidos, decorrente da cultura, dos hábitos e costumes. Todavia, reduzidos aos equipamentos coletivos, veem negado seu sentido pela impossibilidade de apropriações múltiplas como lugares de encontros/desencontros, da comunicação, do diálogo, etc. Lugares marcados pelas formas de apropriação diferenciadas enquanto momentos privilegiados que constituem a identidade cidadão-cidade, o que vai se contrapor às necessidades de acumulação (CARLOS, 2007, p. 88).

Como recorte mais específico a ser discutido no espaço deste artigo, gostaria de propor uma reflexão justamente sobre a espacialidade urbana criada por alguns desses projetos de transformação urbana dos centros. O quanto estes projetos de transformação reverterem, de fato, um processo de *abandono* do centro? A que tipo de prática ou a que tipo de público esses projetos buscam privilegiar nas áreas centrais? Na busca pelo desbloqueio de valorização do centro, o que é abandonado e o que é preservado? O que passa a ser abandonado hoje por essas novas espacialidades? Para ilustrar essa discussão e torná-la mais palpável, trago o caso da cidade de Presidente Prudente, situada no interior e no extremo oeste do Estado de São Paulo. Tida como uma cidade

média³, Presidente Prudente recebeu novos projetos para os espaços públicos do seu centro a partir dos anos 2010. Tais projetos e suas relações socioespaciais foram estudadas e discutidas em trabalhos anteriores (SCUDELLER, 2021), cabendo para este artigo uma discussão circunscrita ao tipo de espacialidade – de abandono – por eles criado. Apesar desse artigo apresentar apenas o caso da cidade de Presidente Prudente, suas reflexões não precisam se limitar a ele⁴. Por mais que seja fundamental se considerar a especificidade de cada caso de estudo, pontos teóricos-empíricos aqui destacados poderão se relacionar facilmente com outras cidades e outros casos de estudo. Caberá ao leitor também analisá-lo a luz do seu repertório.

O processo de formação do centro de Presidente Prudente/SP

Compreender o processo de formação e transformação do centro de Presidente Prudente perpassa pela compreensão da história de sua fundação⁵. A fundação da cidade de Presidente Prudente foi motivada essencialmente por dois fatores: a criação nacional da Lei de Terras de 1850 e a expansão da cultura cafeeira para a região do extremo oeste do Estado de São Paulo. A Lei de Terras, criada em 1850, foi um marco importante para o país na transformação de todas as terras brasileiras em mercadorias. Segundo essa lei, todas as diferentes formas de aquisição de terras realizadas até o ano de sua regulamentação, 1854, estavam sancionadas. Ou seja, tornava legítima as aquisições de terras feitas por concessões governamentais, por ocupações ou por compras. A exceção se daria a partir dali. Após o sancionamento da lei, as terras brasileiras só poderiam ser adquiridas por meio das relações de compra e venda. A criação dessa lei estava vinculada à garantia de crescimento da economia brasileira da época, prestes a abolir o regime de trabalho escravo. Assim, as terras do Pontal do Paranapanema ocupadas por José Teodoro de Souza, em 1856⁶, foram regulamentadas – depois sucedido por outros compradores de terras da região.

3 Segundo Sposito et al. (2006), nem todas as cidades de *porte médio* são, de fato, cidades médias, pois se deve considerar mais elementos do que apenas os indicadores demográficos e se analisar os papéis por ela desempenhados no conjunto da rede urbana. Nas palavras da autora, “atribui-se a denominação ‘cidades médias’ àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano” (SPOSITO et al., 2006, p. 175). Também podem ser tratadas como *cidades intermédias* tendo em vista o seu papel de *intermediação* entre cidades pequenas, áreas rurais, e regiões metropolitanas dentro de sua escala regional.

4 O método de pesquisa utilizado no trabalho que deu origem a este artigo foi o *estudo de caso*. Yin (2015) define como escopo dos estudos de caso as pesquisas empíricas que “desejam entender um fenômeno no mundo real e assumir que esse entendimento provavelmente englobe importantes condições contextuais pertinentes ao seu caso” (p. 17). Diferentemente das pesquisas experimentais, em que as variantes podem ser separadas dos contextos em que ocorrem, as pesquisas de estudo de caso lidam com o problema de não usufruírem da possibilidade de separação das suas variáveis de seus contextos. Este é o principal dilema das pesquisas em ciências sociais aplicadas. No uso desse método, o pesquisador precisa deter especial atenção na busca pela generalização teórica a partir dos dados coletados, estabelecendo relações teórico-empíricas ao longo do trabalho. Segundo Yin (2015), a busca pela generalização teórica passa pela descoberta/identificação de fenômenos-chaves. Neste artigo, o fenômeno-chave a ser discutido será o processo de abandono e consequente transformação dos centros.

5 O objetivo deste tópico é dar ao leitor repertório histórico sobre a cidade de Presidente Prudente, para que, no tópico seguinte, se possa estabelecer paralelos teóricos-empíricos sobre os processos de abandono e transformação do centro. Assim, a apresentação deste tema é fundamental. Inclusive aos leitores que não tenham familiaridade com a história de formação da cidade e os projetos urbanos nela envolvidos.

6 Interessante aqui observar que a apropriação de José Teodoro de Souza ocorreu no ano de 1856, portanto, posteriormente a criação e o início da vigência da Lei de Terras de 1850. Mas essa forma ainda irregular de apropriação das terras foi o que essencialmente caracterizou as primeiras ocupações do Oeste Paulista. No caso, as apropriações irregulares eram legalizadas por favores políticos e/ou suborno dos funcionários do governo. (ABREU, 1972) De qualquer forma, a criação desta lei foi o que impulsionou a ida dos primeiros ocupantes de terras à região.



O segundo fator de estímulo à ocupação das terras do Pontal do Paranapanema foi a retomada da expansão da cultura cafeeira ao extremo oeste do Estado de São Paulo. Após a revalorização da produção cafeeira no Brasil, a ocupação do Planalto Ocidental Paulista voltou a ser vantajosa, porque acabou por implicar na gradativa valorização fundiária de suas terras. Foi a expansão da monocultura cafeeira à porção oeste do Estado a que também se deveu a origem da cidade de Presidente Prudente, pelo parcelamento do solo e do loteamento urbano das antigas glebas locais (ABREU, 1972)⁷. Em 1919, a Estrada de Ferro Sorocabana chega em Presidente Prudente, responsável por todo o escoamento do café da região para o Porto de Santos.

O primeiro loteamento da cidade foi construído em frente à Estação Ferroviária Presidente Prudente da Estrada de Ferro Sorocabana, estação que deu nome à cidade. Este loteamento foi empreendido pelo então Coronel Francisco de Paula Goulart, que decidiu lotear parte da sua fazenda de café em lotes urbanos. No dia 14 de setembro de 1917 – data em que se comemora o aniversário da cidade – o engenheiro José Carlos Fairbanks efetuou a demarcação dos alicerces da Estação Presidente Prudente. Junto a este evento também demarcou a construção de uma grande avenida de frente à Estação, a pedido do próprio Goulart. A avenida demarcaria a divisão da sua fazenda e do primeiro loteamento urbano a ser realizado por ele em suas terras. O que um dia foi o primeiro loteamento, hoje é o que se reconhece como o *quadrilátero central* da cidade, circunscrito por quatro de suas principais avenidas (figura 1).

7 Segundo Abreu (1972), as cidades do Planalto Ocidental Paulista foram fundadas por um motivo diferente das do Vale do Paraíba – local da primeira expansão cafeeira no Brasil. As cidades do Oeste Paulista foram fundadas com o objetivo de dar suporte às atividades agrícolas. Ou seja, a fundação dessas cidades antecedeu a ocupação do campo pela cultura do café. Elas não foram fundadas após a ocupação rural, mas sim antes dela.

Figura 1 - Quadrilátero central de Presidente Prudente, formado pelo encontro de quatro das principais avenidas da cidade, com a demarcação de alguns pontos que serão citados nesse trabalho. Fonte: Google Maps, editado pela autora, 2020

Desde o lançamento deste primeiro loteamento urbano, a área central da cidade foi ininterruptamente ocupada. As primeiras ocupações datam do início da década de 1920⁸. Desde então, a ocupação da área não parou mais. Os primeiros moradores foram atraídos pelo espírito empreendedor do então Coronel Goulart, que na ânsia de ocupar o seu loteamento com rapidez, negociava os seus lotes de forma verbal ou por *contratos de gaveta*. Para Sposito (1983), foi exatamente esse tipo de negociação que garantiu a agilidade necessária para que as terras de Presidente Prudente fossem rapidamente ocupadas. Pois, para valorizarem cada vez mais, a sua ocupação precisava estar em constante crescimento.

Apesar das primeiras ocupações datarem do início da década de 1920, as primeiras obras públicas na cidade demoraram a acontecer. Isso porque o Município de Presidente Prudente, fundado em 1923, não tinha autonomia administrativa para gerir o seu orçamento arrecadado. Foi apenas na década de 1930 que as primeiras melhorias em infraestrutura puderam ser iniciadas, graças à Lei Orgânica dos Municípios. Promulgada em âmbito federal em 1935, a Lei Orgânica dos Municípios deu a autonomia administrativa dos Municípios, extinta com a Constituição Republicana de 1891. Foi só a partir daquele ano que Presidente Prudente pôde usufruir de independência administrativa e tributária para realizar as melhorias públicas que a cidade tanto necessitava. A exemplo desses investimentos, algumas obras cabem ser citadas⁹. Duas delas terão destaque neste trabalho: a construção da Rua Tenente Nicolau Maffei e da Praça Nove de Julho.

A Rua Tenente Nicolau Maffei, hoje uma das principais ruas comerciais de Presidente Prudente, foi construída junto ao primeiro loteamento urbano. Apesar do loteamento ter sido implementado na década de 1920, a Maffei só foi pavimentada em 1933, 13 anos depois. Junto a este projeto de pavimentação de algumas das ruas do *quadrilátero central*, foi construído também o primeiro projeto para a Praça Nove de Julho. Sobre a histórica ocupação da área central, é relevante observar o quanto a área destinada à construção desta praça já era efetivamente usada e ocupada pelos primeiros moradores da cidade. Mesmo sem nenhum tipo de infraestrutura pública, ainda em chão de terra batida, a região já era usada para a prática do *footing*, para os comícios políticos, para as quermesses e para os espetáculos circenses desde 1920.

Constituía velha aspiração dos prudentinos um local onde pudessem passar algumas horas de lazer e os jovens realizarem o *footing*, prática tradicional das cidades do interior. O quarteirão, adquirido pela Municipalidade nos tempos da administração goulartista, para se fazer nele uma praça, era um vazio desgracioso, varrido constantemente pela poeira ou prejudicado pelo lamaçal. Ali se realizavam os comícios e as quermesses e funcionavam os circos....

8 Não se sabe exatamente o ano em que as primeiras ocupações aconteceram, muito por conta do tipo de negociação dos lotes empreendida pelo Coronel Goulart, exclusivamente verbal. Inclusive, a inexistência de regras para a construção dos primeiros edifícios nos lotes fez com que as primeiras edificações precisassem ser demolidas e reconstruídas. Daí o motivo pelo qual pouco se observa a existência de edifícios que datam dos primeiros momentos de colonização desta área (WHITACKER, 1997). A estimativa toma como base o ano da construção da Estação de Ferro Presidente Prudente, concluída em 1919. Supõem-se que a partir desse ano a procura pelas terras do então Coronel Goulart tenha se intensificado e a ocupação tenha ganhado força.

9 Além da construção de praças públicas no centro da cidade, edifícios públicos também foram construídos nesse período, igualmente graças à Lei Orgânica dos Municípios. Foram construídos, por exemplo, o primeiro Paço Municipal de Presidente Prudente, em 1933, e o antigo edifício do Fórum da cidade, concluído no final da década de 1930. Outro edifício significativo para o centro e para o imaginário urbano da cidade foi a construção da Igreja Matriz. O seu primeiro edifício em alvenaria foi executado nos anos 1930, mas o seu segundo edifício – e que até hoje perdura como a catedral da cidade – foi concluído apenas em 1947 (SCUDELLER, 2021).



Figura 2 - Primeiro projeto urbano da Praça Nove de Julho, em 1940. Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, acesso em 2019.

O Prefeito Felício Tarabay transformou esta quadra num excelente jardim público (ABREU, 1972, p. 138).

Enfim, em 1933, a Praça Nove de Julho recebeu o seu primeiro projeto urbano (figura 2). De acordo com os registros fotográficos levantados¹⁰, o primeiro projeto para esta praça consistiu na construção de toda uma infraestrutura urbana básica ainda inexistente no local. Foram instalados postes de iluminação pública, jardineiras, floreiras e bancos de concreto. Como parte do projeto original, a praça foi construída em um nível mais elevado do que o nível da rua, sendo o seu acesso dado através de escadas projetadas aos arredores da praça. A praça também foi projetada com dois calçamentos transversais que acompanhavam as diagonais da quadra, sendo estas diagonais sobrepostas por um segundo calçamento que contornava toda a lateral da quadra da praça – constituindo caminhos possíveis para os pedestres que ali caminhavam (SCUDELLER, 2021). Além da sua construção em desnível com a rua e do seu calçamento constituindo caminhos por entre a quadra, o projeto da Praça Nove de Julho ficou marcado pela construção do seu coreto, localizado em uma das adjacências da quadra e bem em frente à igreja matriz da cidade, a Catedral São Sebastião.

Porém, este projeto original da Praça Nove de Julho durou apenas duas décadas, recebendo um novo projeto já na década de 1950¹¹. As alterações do projeto original foram drásticas, pois todos os elementos característicos deste primeiro projeto foram demolidos – exemplo disso foi a destruição do coreto, o antigo elemento arquitetônico de maior destaque para a praça na década de 1930. O projeto que se seguiu a este primeiro é o que se faz presente na praça até os dias atuais (figura 3). Todo o calçamento, o mobiliário urbano, a iluminação e a vegetação foram alterados, não restando nada do projeto original. A destruição do coreto deu lugar a uma fonte luminosa no centro da praça e que até hoje guarda o seu lugar de destaque no projeto. Apesar dessas

10 Neste trabalho, os levantamentos bibliográficos somaram-se aos levantamentos documentais realizados no Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente. Ali foram realizados levantamentos sistemáticos junto ao banco de dados e fotografias disponibilizados no acervo no museu. Graças a esses levantamentos fotográficos, foi possível historicizar e descrever os projetos urbanos realizados na Praça Nove de Julho desde o início de sua ocupação, na década de 1920. As fotografias ali encontradas somaram-se as descrições encontradas em Abreu (1972), contribuindo ao cruzamento de dados e informações históricas sobre a cidade.

11 Não foi possível precisar exatamente o ano em que este segundo projeto foi executado. Segundo os registros fotográficos encontrados no Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, este segundo projeto já havia sido concluído em 1957, antes do final da década de 1950 (SCUDELLER, 2021).

Figura 3 - Praça Nove de Julho com o seu segundo projeto, em 1961. Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, acesso em 2019.



alterações projetuais, a Praça Nove de Julho continuou exercendo o seu papel de protagonista da centralidade intraurbana de Presidente Prudente (SCUDELLER, 2021).

Dando um salto histórico de algumas décadas, é importante destacar um outro projeto relevante para o centro de Presidente Prudente e também para a discussão neste artigo: o Calçadão da Rua Tenente Nicolau Maffei, construído no final dos anos 1970. A Rua Tenente Nicolau Maffei foi uma das primeiras ruas a serem concebidas pelo projeto inicial da Vila Goulart e que futuramente viria a compor as ruas do quadrilátero central. Além de ser uma das primeiras a serem concebidas pelo projeto de arruamento, também foi uma das primeiras ruas a receber calçamento, em 1933 – o que desde então já demonstrava o seu grau de relevância para a cidade de Presidente Prudente. Desde os primeiros anos da cidade, esta rua foi predominantemente ocupada por estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, fato este que se acentuou ainda mais com o passar dos anos e com o crescimento da malha urbana da cidade.

Antes da efetiva construção do projeto, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente decidiu fechar a Maffei para a circulação de veículos motorizados. O principal objetivo desse fechamento da rua era o de convencer os comerciantes e prestadores de serviços localizados no centro de que tal empreendimento não significaria uma queda do fluxo de consumidores no local. No período de dois anos, nos quais a via ficou fechada, a própria Prefeitura trabalhou fortemente em campanhas de divulgação das vantagens da criação de uma via de uso exclusivo aos pedestres na cidade. Levantamentos realizados junto a um dos principais jornais de circulação na cidade da época¹², *O Imparcial*, mostrou a criação de um evento tido pelo jornal como de *muito sucesso*¹³: a *Semana do Freguês*.

12 Parte da pesquisa constitui-se de levantamentos documentais junto aos antigos jornais de circulação diária na cidade durante a década de 1970. O objetivo desses levantamentos era buscar informações detalhadas sobre a implantação do Calçadão na Tenente Nicolau Maffei. Para isso, foi feita uma varredura por todas as publicações diárias do jornal *O Imparcial* nos anos 1978, 1979 e 1980. Essa varredura possibilitou não só o encontro de publicações referentes ao Calçadão, mas também sobre o seu contexto político e o seu processo de implementação pela Prefeitura Municipal.

13 É importante esclarecer aqui que a imprensa local assumiu um posicionamento favorável à ideia da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente em pedestrianizar parte da Rua Tenente Nicolau Maffei. Tanto é que as reportagens divulgadas frequentemente destacavam as vantagens da implementação do projeto e quase nunca apresentavam críticas contrárias à proposta.



Figura 4 - Rua Tenente Nicolau Maffei logo após a conclusão do seu primeiro projeto, em 1980. Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, acesso em 2019.

A *Semana do Freguês* era um evento organizado pela própria Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente¹⁴ em que promoções eram lançadas aos consumidores – ao longo de uma semana – pelas lojas localizadas no centro e parceiras do evento. A iniciativa da Associação tinha como objetivo convencer os lojistas contrários à ideia do Calçadão, mostrando a eles que a pedestrianização daquele trecho da Tenente Nicolau Maffei não traria prejuízo aos seus estabelecimentos, pelo contrário. A transformação deste trecho em uma via de uso exclusivo para pedestres representaria um diferencial de mercado favorável aos estabelecimentos comerciais ali localizados. A primeira edição da *Semana do Freguês* aconteceu em meados de outubro de 1978.

Além da elaboração deste evento em meados de outubro daquele ano, a Prefeitura Municipal também ornamentou todo o trecho pedestrianizado da Tenente Nicolau Maffei com uma decoração natalina no final do mês de novembro. Esta foi uma estratégia adotada para criar uma associação positiva da população com o trecho a receber o projeto. Também para estimular a ida das pessoas ao centro nessa época de compras de final de ano, as lojas da área central permaneceram abertas no período noturno. Mais uma vez, isso mostrou aos lojistas que a pedestrianização do trecho criaria um espaço de lazer e sociabilidade favorável aos interesses do comércio local. Nesse sentido, é possível observar o quanto que a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente trabalhou no convencimento dos lojistas para a adesão de sua proposta¹⁵.

Quando foi finalmente executado, em 1979, o projeto consistia na implantação de um grande eixo central de circulação de pedestres ao longo de um trecho da Rua Tenente Nicolau Maffei e pavimentado com pequenos blocos de concreto intertravado, que se iniciava na Avenida Brasil e terminava na Avenida Coronel José Soares Marcondes.

14 A Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente deu apoio irrestrito à iniciativa da Prefeitura Municipal. Esse apoio se deu *de cima para baixo*, vinda diretamente da presidência da Associação, capilarizando-se gradativamente a cada um dos lojistas do centro da cidade a ela associada.

15 A Prefeitura se mostrava obstinada, desejava construir o seu Calçadão a qualquer custo – fosse este custo econômico, político ou social. Para convencer a todos, trabalhou constantemente junto à imprensa local e à Associação Comercial e Industrial da cidade, a todo momento mostrando e reafirmando as benfeitorias que este projeto traria para o comércio, para a população e para a imagem da cidade de Presidente Prudente (SCUDELLER, 2021). Muito dessa obstinação vinda de um certo *modismo* da década de 1970, no qual a construção de vias de uso exclusivo para pedestres era massivamente apresentada como a solução para a *modernização* das cidades e para a suposta *melhoria* da qualidade de vida urbana. A exemplo disso, foram as propostas no Seminário Internacional de Revitalização de Áreas Centrais, realizado em São Paulo em 1975 (ABRAHÃO, 2008, p. 39).

Aos arredores deste eixo central de circulação, foram projetados espaços de permanência, diferenciados espacialmente pela pavimentação em *petit pavé* de pedras portuguesas¹⁶. Ao longo desses espaços de permanência foram implantados alguns mobiliários urbanos para darem suporte a este tipo de atividade, como a instalação de bancos, lixeiras, cabines de telefone público, pergolados, luminárias e nichos para o projeto de jardinagem (figura 4).

O poder de centralidade já exercido pelo centro de Presidente Prudente, desde a época da fundação da cidade, foi reiterado com a construção de seu Calçadão. Se o quadrilátero central já era um ponto de convergência de fluxos, pessoas, mercadorias e prestações de serviços perante sua rede intraurbana, este aspecto foi intensificado com a construção de sua rua pedestrianizada. Segundo levantamentos realizados em pesquisas anteriores sobre o tema (SCUDELLER, 2021), o Calçadão era o principal ponto de encontro da cidade. Para lá se dirigiam pessoas de todas as idades e classes sociais – desde as elites socioeconômicas até a população de baixa renda. Prova disso era o fato desta área abarcar lojas e prestadores de serviços de diferentes perfis¹⁷. As práticas de *ver e ser visto* aconteciam no centro – principalmente na Maffei. A exemplo disso é possível citar o *footing* praticado por todas as classes sociais ao longo das ruas e praças do centro, acontecimentos que serão melhor descritos mais adiante.

Mas o centro passa por alterações cíclicas ao longo da história da cidade, e o centro de Presidente Prudente não é uma exceção à regra. Como já apontado através de Villaça (1998), o centro é um ponto nodal da estrutura urbana que busca concentrar em si os fluxos da cidade. Mas, como a concentração em um único ponto é fisicamente impossível, alguns segmentos tendem a se afastar do centro – por interesse ou por necessidade. Com o processo de expansão da malha urbana, outras centralidades surgem e passam a representar um ponto concorrencial ao centro. Na busca por outros *pontos* da cidade, representativos de exclusividade espacial e prestígio social, as elites podem sair do centro. Com isso, esse espaço resta a quem fica: os segmentos populares.

No caso do centro de Presidente Prudente, o seu *abandono* pelas elites locais aconteceu ao longo da década de 1990. Se na década de 1980, logo após a construção de seu Calçadão, o centro era o lugar ocupado por todos os segmentos sociais, o cenário mudou na década seguinte. Estabelecendo um paralelo com os movimentos cíclicos de concentração-degradação-transformação do centro (CARLOS, 2007; VILLAÇA, 1998), é possível dizer que o centro de Presidente Prudente presenciou o seu processo de *degradação* ao longo da década de 1990, justamente perante o surgimento de outros pontos de centralidades mais atrativos ao comércio e prestação de serviços de mais alto padrão.

A diferenciação do espaço urbano que levou ao *abandono* do centro de Presidente Prudente, na década de 1990, foi consequência do surgimento do maior *shopping center* da cidade: o *Prudenshopping*. Segundo Montessoro (1999), o *Prudenshopping* foi construído a partir da iniciativa da própria Prefeitura Municipal, que utilizou inicialmente do dinheiro público para a construção deste empreendimento comercial fechado. A

16 O *petit pavé*, também popularmente conhecido como *calçada portuguesa*, é um estilo de calçamento constituído por pedras de calcário ou basalto de formato irregular. Formam um padrão de assentamento decorativo composto por cores distintas, geralmente preto e branco. Esse estilo de calçamento chegou ao Brasil por volta de 1905.

17 As lojas presentes no Calçadão na década de 1980 atendiam aos mais diversos perfis socioeconômicos, desde às Lojas Almeida e ao Bazar Alice – estabelecimentos de alfaiataria de alto padrão –, até os magazines populares e pequenos armarinhos. Todos localizados no quadrilátero central de Presidente Prudente.

Prefeitura, através da Companhia Prudentina de Desenvolvimento (Prudenco), era a proprietária do terreno sob o qual este *shopping center* foi construído e também foi a responsável pela primeira etapa de construção da obra. Assim, a Prefeitura se associou a duas empresas privadas após o início das obras, o que facilitou a ampliação da área para a instalação do *shopping center*.

A construção deste novo centro comercial – que até hoje é o maior centro comercial fechado da cidade – atraiu para si as classes sociais de maior poder aquisitivo, que costumam realizar suas compras e suas práticas de lazer e sociabilidade na área central da cidade. Segundo Miño (2005), os referenciais de consumo e lazer das elites de Presidente Prudente deixaram de estar situados no centro e foram transferidos para o *Prudenshopping*. Como exemplo, Miño (ibidem) cita o antigo *footing*, que costumava acontecer nas ruas e praças do centro, mas passou a acontecer de forma adaptada neste *shopping center*. Outro acontecimento de destaque que simboliza esta atração/transferência dos referenciais de compra e sociabilidade das elites da cidade foi a exposição do Bar Cruzeiro do Sul na área de eventos do *Prudenshopping* (figura 5). Em entrevista concedida por Dióres Abreu a Miño (ibidem), o Bar Cruzeiro do Sul era popularmente conhecido como *Senadinho*¹⁸ por ser o ponto de encontro informal dos agentes sociais responsáveis por conduzir as decisões políticas da cidade. Advogados, médicos, comerciantes e funcionários públicos se encontravam ali para conversar, fumar e tomar um café – oportunidade para negociar as decisões políticas fora dos espaços oficiais. Nas crônicas escritas por Benjamin Resende (1992) sobre a história de Presidente Prudente, o autor descreve claramente o grau de relevância política que o Bar Cruzeiro do Sul tinha para a cidade. “Foi o Bar Cruzeiro [do Sul] o hospedeiro das ideias de políticos, professores e médicos. Era o lugar de encontro em quase todas as horas em que permanecia aberto. Fechar, o bar não fechava. Só na Sexta-feira Santa” (RESENDE, 1992, p. 113). De forma caricata, a transposição do Bar Cruzeiro do Sul ao *Prudenshopping* representava que o encontro das *peessoas graúdas da cidade* deixava de ser realizado no centro para ser realizado em outro lugar (MIÑO, 2005).

Mediante a este contexto, é possível considerar que a fundação do *Prudenshopping*, especificamente, veio a acentuar um processo já em curso de desconcentração de algumas das atividades situadas no centro. Além de buscarem áreas adjacentes ao quadrilátero central, estabelecimentos voltados às elites econômicas passaram a ocupar o então novo *shopping center* da cidade. Na observância deste processo de desconcentração, Whitacker (1997) também observa que ocorreu um processo de especialização das atividades comerciais presentes no centro. Poucos anos após a fundação do *Prudenshopping*, em 1991, o comércio popular e informal passou a predominar na paisagem urbana da área central. Como trazido por Miño (2005), os *camelôs* já ocupavam a Praça da Bandeira desde 1995, e vários deles já estavam espalhados pela área central – principalmente no Calçadão da Maffei e na Praça Nove

18 O Bar Cruzeiro do Sul ganhou esse nome por conta do café oferecido com o nome dessa marca. Era localizado na esquina da Rua Tenente Nicolau Maffei com a Rua Joaquim Nabuco, no quadrilátero central de Presidente Prudente. Era um misto de bar com mercearia, vendia-se de tudo, de produtos nacionais a importados. Seu proprietário era o S. Pinho. Segundo Resende (1992), S. Pinho era um comerciante hábil e com jogo de cintura para agradar a todos. Para o autor, foi o carisma do proprietário que garantiu o sucesso do bar. Com um número crescente de frequentadores, as mesas do bar foram retiradas, restando apenas uma. Esta ficou conhecida como a *Mesa do Senadinho*. Nela sentavam-se prefeitos, vereadores, servidores municipais, médicos e professores para discutirem temas variados. Ao redor dela é que os demais frequentadores do bar se amontoavam para tentar acompanhar a conversa. “Presenciou a ‘Mesa do Senadinho’ todas as histórias do Estado Novo, da Constituição liberal de 46, da empolgação e renúncia de Jânio, da fervilhante luta de Lacerda e Jango, da ‘redentora de 64’, da esperança das Diretas-Já e dos anseios da redemocratização” (RESENDE, 1992, p. 115). Quando do fechamento do bar, por volta da década de 1990, o então proprietário doou a mesa para a Museu e Arquivo Histórico da cidade, e até hoje lá se encontra.

Figura 5 - Exposição sobre o Bar Cruzeiro do Sul realizada no Prudenshopping em 2002. Fonte: Miño, 2004.



de Julho. Portanto, a paisagem urbana que passou a predominar no centro, a partir dos anos 1990, foi a do comércio popular.

Ainda assim, o processo de *abandono* do centro precisa ser aqui relativizado. A saída das elites sociais e econômicas do centro não significou o seu efetivo *abandono* ou *esvaziamento*. Significou que em um determinado momento da história da cidade e perante o surgimento de outros pontos de centralidade mais interessantes às elites locais, o centro restou aos segmentos populares. Como bem apontado por Villaça (1998), o processo de deterioração do centro nada mais é do que a sua deterioração simbólica e locacional para as elites perante ao surgimento de novos *pontos* da cidade. Muito do discurso de seu *abandono* e *deterioração* está vinculado a um discurso depreciativo à população de baixa renda que passou a predominantemente ocupar o centro. O que não significa que o centro tenha sido totalmente abandonado ou que a sua centralidade tenha deixado de existir perante a estrutura intraurbana da cidade.

Sobre os novos projetos e o abandono de antigas práticas

O discurso sobre a deterioração do centro de Presidente Prudente perdurou ao longo dos anos 2000. Tendo a última intervenção pública acontecido no final da década de 1970, a área central já se encontrava fisicamente muito danificada. Em trabalhos anteriores (SCUDELLER, 2021), foi possível levantar alguns relatos sobre a situação em que se encontrava o centro de Presidente Prudente naquela época, mais especificamente o seu Calçadão.

Segundo as reportagens mais antigas levantadas sobre o Calçadão junto à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, esta rua peatonal apresentava constantes problemas nas suas galerias de captação de água pluvial, o que levava a necessidade de repetidas iniciativas de pequenos reparos. Também havia complicações no antigo piso de *petit pavé* de pedras portuguesas, que já estavam se soltando em alguns trechos da via peatonal, além da exigência de constantes manutenções nos antigos mobiliários urbanos, deteriorados com o uso frequente já há muitos anos. Assim, o cenário encontrado no Calçadão à época era bem diferente do momento de seu lançamento, pois as precárias condições de conservação de sua infraestrutura remetiam a um aspecto de descaso público para com a área.

Aplicado a um caso de estudo, é possível notar aqui exatamente o aspecto apontado por Villaça (1998), Carlos (2007), Vargas e Castilho (2015) sobre o movimento cíclico de se intervir no centro. Ainda que fisicamente danificado, o centro continuou ocupado.



Figura 6 - Rua Tenente Nicolau Maffei após a conclusão do seu último projeto, de 2011. Fonte: autora, 2019.

Continuou sendo um ponto importante para a acumulação e reprodução do capital, ponto de convergência de pessoas e mercadorias, além de representar um ponto simbólico fundamental para a história da cidade. Assim, de tempos em tempos, voltar a intervir no centro pode representar uma importante retomada do seu valor. Eis que o centro presencia momentos de transformação espacial. Uma busca de reverter gradativamente o processo de *aparente abandono* do centro.

Mediante a este cenário de *aparente abandono* e deterioração física do centro de Presidente Prudente, foi anunciada a intenção de se realizar um novo projeto para o Calçadão da Maffei. Milton Carlos de Mello, eleito em 2008, era o secretário de obras à frente da Prefeitura durante a gestão municipal anterior. Assim, dias após a sua posse na Prefeitura, *Tupã* anunciou um amplo projeto de reforma para a área, que daria fim às pequenas e constantes obras de manutenção do antigo projeto. No ano seguinte, em 2010, este plano de obras tomou mais concretude, não só com a concepção do projeto do Novo Calçadão, mas também com a proposta de melhorar a circulação de automóveis e pedestres na área central. Ao final do mesmo ano, o projeto do Calçadão foi lançado e apresentado ao público pela Prefeitura (SCUDELLER, 2021).

O projeto lançado para o trecho de pedestrianização da Maffei consistiu em uma ampla reforma com o objetivo de dar solução a problemas infraestruturais. O primeiro problema solucionado com esse projeto foi a troca de toda a tubulação de abastecimento de água e captação de esgoto ao longo do trecho. Segundo reportagens levantadas, o mau cheiro que vinha das antigas tubulações era uma antiga reclamação dos frequentadores do local, sendo necessárias constantes manutenções na limpeza das caixas captadoras de águas pluviais para minimizar o problema. Uma segunda questão que este novo projeto buscou alterar foi a existência do piso de *petit pavé* de pedras portuguesas. Na época, a Prefeitura se posicionou contrária à manutenção deste tipo de piso, sob a justificativa de que ele era de difícil manutenção e de que ele comprometeria as condições de acessibilidade tão estimadas por aquela gestão – justificativas que se mostram hoje questionáveis. Em substituição ao piso de *petit pavé* de pedras portuguesas foi instalada uma composição de blocos de concreto intertravado e um piso cimentado – contando também com a instalação de pisos de sinalização tátil. Os postes de iluminação pública também foram trocados, agora com fiação subterrânea e lâmpadas de LED (Light-Emitting Diode), além da instalação de novos bancos, pergolados, lixeiras e jardineiras. Ou seja, as materialidades observadas no projeto de 1979 foram totalmente desconsideradas pelo novo projeto lançado em 2010 – e executado em 2011. Ainda assim, a proposta da existência de uma rua peatonal neste trecho da Tenente Nicolau Maffei foi mantida, basicamente fazendo deste novo projeto uma atualização de sua infraestrutura física (figura 6).



Sob as mesmas justificativas de deterioração física e do seu aparente *abandono*, um novo projeto também foi lançado e executado na Praça Nove de Julho. As características espaciais desse novo projeto diferiram das implementadas para o Calçadão situado na sua adjacência. Para o caso dessa praça, as características físicas do projeto anterior precisaram ser preservadas. Do ponto de vista prático, a ambiência do projeto implementado para essa praça na década de 1950 continuou a predominar no seu novo projeto da década de 2010. Por conta de uma participação direta do Ministério Público Estadual e defensores do patrimônio histórico público, o antigo projeto da Praça Nove de Julho não pôde ser descaracterizado. Assim, após longas negociações entre os agentes públicos, o projeto aprovado foi aquele que conciliou a materialidade do *petit pavé* de pedras portuguesas na praça com a presença do piso tátil em estreitas faixas de concreto escovado (SCUDELLER, 2021) (figura 7). Tendo que ser preservado o antigo piso, a relação projetual pretendida entre a Praça Nove de Julho e o Calçadão da Maffei se deu através da instalação de uma mesma tipologia de mobiliário urbano. Após a aprovação do projeto final pelo Ministério Público, a Prefeitura Municipal pôde abrir uma nova licitação para a escolha da empresa a executar a obra. Em novembro de 2013, o novo projeto para a praça foi inaugurado.

Mais do que apenas caracterizar no que consistiram esses projetos, o propósito desse artigo é refletir sobre a ambiência urbana por eles criada. Também refletir sobre quais aspectos esses projetos representaram um eventual processo de *abandono* - mesmo que parcial. Por mais que o discurso de justificativa para se intervir no centro de Presidente Prudente, na década de 2010, fosse o seu aspecto de abandono e deterioração, cabe novamente destacar que esse abandono não foi completo e sua deterioração apenas relativa. Apesar das classes de alta renda frequentarem outras áreas da cidade que não tanto o centro, os segmentos de baixa renda se faziam massivamente presentes ali. Prova disso foi a forte reivindicação desses segmentos para que um projeto de renovação fosse lançado para o Calçadão, por exemplo. A própria infraestrutura pública do centro não estava apenas deteriorada por anos sem investimentos na sua atualização, mas também pelo intenso fluxo diário de pessoas que ali passam todos os dias – segundo a Prefeitura Municipal, cerca de 30 mil pessoas por dia (SCUDELLER, 2021). O que demonstra que o discurso de abandono, novamente, é apenas parcial. E o argumento da deterioração diz respeito apenas a seu aspecto físico, e não locacional.

Ainda assim, as transformações significam que algo mudou. E, se algo mudou, algo também foi deixado para trás. Algo foi abandonado, deixou de existir. Mas o que

especificamente? A ambiência urbana criada pelos antigos e novos projetos para o centro podem trazer pistas dessas transformações. Para isso, será estabelecida uma comparação entre as antigas e novas espacialidades do Calçadão e da Praça Nove de Julho com o objetivo de analisar no que são representativas de um eventual processo de abandono do centro da cidade.

Nessa empreitada comparativa entre as antigas e novas ambiências do centro, o método da colagem se mostrou uma ferramenta de experimentação muito válida. Em posse dos levantamentos fotográficos realizados no Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente e de novas fotografias realizadas em campo, a comparação entre elas foi inevitável. Como alguns dos elementos da paisagem do centro ainda não foram descaracterizados, foi possível localizar exatamente o local onde as antigas fotografias levantadas foram tiradas e reproduzi-las – no mesmo ponto e sob o mesmo ângulo da câmera. Essa experimentação revelou simultaneamente mudanças e preservações. Ao sobrepor esses registros, decidi investigar como se daria o uso da colagem nesses experimentos.

A principal referência utilizada foi o trabalho de Fernando Fuão, em seu livro *A collage como trajetória amorosa* (2011). Nesse livro, o autor traça um paralelo entre o processo da colagem¹⁹ e a trajetória amorosa. Ambas seguem um processo dividido em três momentos. Na trajetória amorosa, existe a *captura*, o *enlace* e a *decadência*. Transposto à colagem, estes mesmos momentos assumem a forma do *recorte*, do *encontro* e da *cola*.

Para Fuão (2011), a colagem se inaugura com o *recorte*, atribuindo um novo significado às figuras antes apenas recortadas pelos limites da câmera fotográfica. Ao contrário do que podem pensar, o que faz a colagem não é a cola, mas o ato de recortar, selecionar imagens a partir de seu potencial em conjunto com outras. Após o recorte, as figuras recortadas assumem um significado próprio e buscam se articular com outras. O ato iluminador da colagem é o *encontro*. Recortadas, as figuras podem dar forma a uma intenção criadora diferente das quais foram pensadas originalmente. A colagem obriga as figuras a contarem uma outra história. A paixão pelo encontro se encerra quando finalmente se encontra a figura, o *enlace*. A *cola*, o momento final da colagem, nada mais é do que uma ponte, um elo entre as figuras que se encontraram. Ao mesmo tempo, também é a *decadência* de uma trajetória amorosa.

Em posse dessa ferramenta, a experimentação comparativa entre as ambiências espaciais de abandono e transformação do centro de Presidente Prudente transcorreu com a dinâmica de sobreposições. Como poderá ser visto mais adiante nesse artigo, as colagens tiveram como fundo-base a sobreposição das fotografias antigas e atuais do centro – fonte dos levantamentos documentais e trabalhos de campo. Com o uso dos *softwares* de diagramação gráfica, as imagens foram sobrepostas em multiplicação, permitindo a visibilidade de uma sobre a outra. Com a proposta de trazer à tona aquilo que pôde ser visto, mas não captado pelas câmeras, foram recortadas e coladas figuras de outras imagens ou registros de campo. Mais do que uma preocupação com o resultado final, a colagem se deu como exercício de compreensão de processos. Uma forma de estar atenta ao processo de transformação dos espaços urbanos do centro materializados em sua paisagem.

¹⁹ No livro de Fuão (2011), o autor decide usar a grafia do termo em francês, *collage*. Derivado do francês, significa literalmente *colar*. Mas o mais importante do uso do termo *collage* vem da sua origem do latim, *colegare*. Verbo designado para fazer referência ao ato de *aproximação* entre duas ou mais pessoas, ato de *estar ou andar junto*. Neste artigo, decidi usar a grafia do termo em português, *colagem*.

Figura 8 - Colagem sobre a prática do footing na Praça Nove de Julho. Fonte: autora, elaboração própria, 2021.



Como descrito no tópico anterior deste artigo, o projeto para o Calçadão da Maffei da década de 1970 criava uma espacialidade semelhante a uma praça pública – como a própria ambiência urbana existente na Praça Nove de Julho, por exemplo. O traçado ondulado formado pelo *petit pavé* de pedras portuguesas era acompanhado de arbustos, bancos e floreiras. Os bancos em madeira eram espaçosos e numerosos ao longo da via – além de serem todos projetados com encosto, o que criava um espaço de repouso mais confortável, convidativo a uma permanência mais prolongada. A forma como esses bancos eram dispostos também é um ponto que merece ser mencionado: eles estavam dispostos um de frente para o outro, criando uma ambiência convidativa ao encontro e diálogo entre as pessoas. De forma geral, o antigo projeto estimulava práticas de lazer e sociabilidade entre os frequentadores do centro.

Em algumas das crônicas escritas por Benjamin Resende (1992) é possível termos uma ideia das práticas socioespaciais que aconteciam no centro de Presidente Prudente até a década de 1960. Segundo o autor, o centro era o principal ponto de encontro de todos os moradores da cidade. Em seus relatos, temos uma ideia sobre como essas práticas sociais se davam no espaço do centro. Aos finais de semana, os passeios noturnos começavam no antigo Cine João Gomes, na própria Maffei. Após o término da sessão de cinema, todos circulavam pelas ruas do centro, onde acontecia o famoso *footing* (figura 8). A dinâmica consistia na circulação das mulheres pelas ruas do centro enquanto os homens ficavam parados nas calçadas, observando as mulheres que iam e vinham. Existia um autofalante na Praça Nove de Julho, onde a locutora Dona Odete tocava músicas dedicadas aos enamorados da praça. Terminado o *footing*, todo o movimento da rua se dirigia aos bares do centro, como o Bar Cruzeiro do Sul – citado no tópico anterior como um dos principais pontos de encontro da elite prudentina.

É nesse ambiente que a Maffei viveu um histórico momento de Presidente Prudente, nas décadas acima nomeadas [décadas 40, 50 e 60]. Ninguém se esquece dos bares: Cruzeiro [do Sul], Nove de Julho, Copacabana, Haidamus, Tio Patinhas e Oásis. Também da velha e querida Cantina Nápoli, do Salão de Cristal do Hotel Naufal e do eternamente inesquecível Ambassadeur. Era uma passarela da noite. De bar em bar, rolava a boemia, aqui e acolá. A noite começava, familiarmente tranquila, com as sessões do Cine João Gomes. Depois, o *footing*. Dois lugares imorredouros. Naquele, a namorada guardava o lugar enquanto o *boyzinho* dava voltas pelo salão do cine, simplesmente por hábito. Apagadas as luzes, cada um



Figura 9 - Colagem sobre a transformação da ambiência do Calçadão da Maffei em um grande shopping à céu aberto. Fonte: autora, elaboração própria, 2021.

ia para o seu aconchego, ao lado da namorada. Após, terminada a sessão, o espaço da Maffei ficava à disposição de todos. Neste os homens ficavam nas calçadas e as mulheres na rua, indo e vindo flirtando e piscando, com os olhos cobiçosos, e os homens, atentos como sempre, caidíssimos a cada soslaio da paquera. Era a busca incansável para o namoro certo e insofismável. Vinte e duas horas. De repente, a Maffei ficava deserta. A garotada voltava para o lar doce lar e a vida noturna começava. Chegara a hora e a vez dos bares e restaurantes. Silenciara por completo o alto-falante da dona Odete. Começava, assim, o momento precioso para a turma do sereno, da noite e da madrugada (RESENDE, 1992, p. 104).

Mas com o passar dos anos e das transformações da sociedade, essas práticas deixaram de existir no centro. É nesse sentido que a espacialidade criada para o projeto do Calçadão da Maffei dos anos 2010 difere da criada pelo seu projeto da década de 1970. Se antes o projeto do seu Calçadão se assemelhava a uma praça pública, onde todas as pessoas da cidade ali se encontravam para *ver e ser visto*, esse cenário se alterou nos anos 2000 e 2010.

O projeto do novo Calçadão buscou eliminar todos os aspectos que pudessem associá-lo a uma praça pública. Existe hoje no Calçadão um amplo eixo de circulação construído em piso de concreto liso e escovado, quase buscando remeter a superfície lisa e polida dos pisos usados nos *shoppings centers*. O mobiliário urbano agora está disposto de forma um tanto diferente. A maioria dos bancos está disposta nas adjacências do eixo central de circulação. Eles estão presentes de forma mais numerosa em frente aos estabelecimentos comerciais – servindo de suporte às práticas de consumo desses estabelecimentos. Cabe também destacar a forma como estes novos bancos foram projetados. Quase todos não tem encosto e foram instalados em locais com forte insolação – aspectos que dificultam uma permanência mais prolongada em uma cidade onde as temperaturas chegam a 40°C no verão. Com o novo projeto, apenas três locais contam com a existência de pergolados e bancos com encostos – locais disputados por seus frequentadores (SCUDELLER, 2021).

A semelhança do projeto do Novo Calçadão a um corredor de compras de um *shopping center*, vem de encontro às declarações proferidas pelos próprios agentes públicos que o conceberam. Se em um primeiro momento foi o *shopping center* que buscava imitar os espaços públicos do centro, agora esse processo se inverte (figura 9). É

o centro público das cidades que buscam propositadamente se assemelhar aos espaços comerciais privados dos *shoppings centers*. Repetidas menções foram feitas por parte da Prefeitura Municipal, por exemplo, de transformar o Calçadão da Maffei em um *grande shopping à céu aberto*. Em junho de 2011, quando o primeiro trecho pedestrianizado do Calçadão foi concluído, o então Secretário de Planejamento, Laércio Alcântara, concedeu uma entrevista à Secretaria de Comunicação em que declarava a sua intenção de transformar o Calçadão em um centro de compras bonito, moderno e agradável ao consumo, capaz de consolidar o Calçadão como um dos principais centros de compras da cidade.

Inclusive a população já pode ver mais ou menos como vai ficar o futuro Calçadão, que é um Calçadão bonito, é um Calçadão moderno, é um Calçadão que vai perpetuar Presidente Prudente como um grande centro de compras e um grande *shopping à céu aberto* no centro da cidade. (ALCÂNTARA, Laércio Batista de. Entrevista. Entrevistador: Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2011²⁰).

As repetidas referências ao Calçadão como um *shopping à céu aberto* após a execução de seu novo projeto não se restringem ao período de seu lançamento. Em reportagem divulgada em novembro de 2013, no ato da festividade de entrega do novo projeto da Praça Nove de Julho, o então prefeito Milton Carlos de Mello *Tupã* voltou a fazer esta referência. Segundo o ex-prefeito, o novo projeto para a praça visava compor com o novo projeto do Calçadão. Considerando-o um “grande *shopping à céu aberto*”, tanto as instalações da praça quanto as instalações do Calçadão precisavam ser “adequadas” e de “primeira linha”, semelhante ao que se encontraria em um *shopping center* efetivamente.

Nós temos que tentar, ao menos, oferecer conforto para a população. Eu sempre falo que o Calçadão de Presidente Prudente é um *shopping à céu aberto*. E como *shopping*, as instalações têm que se adequadas, tem que ser de primeira linha. Espero só que a população ajude a manter esse lugar, porque aqui os recursos que foram deslocados para essa obra são recursos próprios. (TUPÃ, Milton Carlos de Mello. Entrevista. Entrevistador: Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2013²¹).

Ao que indica, a intenção da Prefeitura Municipal era a de criar um grande eixo de circulação de pedestres construído de forma a favorecer às práticas de consumo. À semelhança dos *shoppings centers*, o novo projeto para o Calçadão da Maffei acabou por retirar todos os mobiliários urbanos situados ao longo do seu eixo central, criando um grande corredor de circulação, agora com os seus mobiliários nos eixos laterais e de frente aos estabelecimentos comerciais – servindo mais se suporte às práticas de consumo destes estabelecimentos do que de suporte às práticas de sociabilidade não intermediadas pelo consumo.

O então secretário de planejamento fez referência a este espaço como um *shopping democrático* à população, tendo em vista que não seria necessário pagar para estacionar na área – afirmação que não procede, pois desde 1980 é necessário pagar o Zona Azul,

20 ÁREA central do primeiro trecho do Calçadão é liberada para circulação de consumidores. *Prefeitura Municipal de Presidente Prudente*, Presidente Prudente, 22 jun. 2011. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=13770>. Acesso em: 03 nov. 2022.
21 NOVA Praça 9 de Julho recebe estátua em homenagem ao fundador Francisco Goulart. *Prefeitura Municipal de Presidente Prudente*, Presidente Prudente, 30 nov. 2013. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=25964>. Acesso em: 07 jan. 2021.

taxa de estacionamento rotativo, para estacionar qualquer veículo na área central. De qualquer forma, esta referência à construção de um *shopping democrático* e/ou à um *grande shopping à céu aberto* remete ao movimento de criação de *shoppings centers* populares ocorrida fortemente a partir dos anos 2000, momento em que os segmentos populares puderam usufruir de uma ampliação de sua capacidade de consumo.

Segundo Góes et al. (2019), as diferenças dos *shoppings bons* dos *shoppings populares* estão essencialmente na sua localização, que se relaciona diretamente ao público a que se destina. No caso dos *shoppings centers* populares, a sua localização tende a ocorrer onde estes segmentos populacionais costumam residir e/ou consumir. Levando-se em consideração que estes centros comerciais fechados buscam associar as práticas de consumo e sociabilidade às práticas de consumo dos seus próprios espaços, o surgimento dos *shoppings centers* voltados à população de baixa renda indica que estes segmentos sociais passaram a ser incluídos nas práticas de consumo do espaço – antes destinado apenas às classes médias e altas. É nesse sentido que, a partir dos anos 2000, observou-se o processo de popularização do consumo dos espaços destinados à população de baixa renda.

Aplicando este entendimento a discussão desse artigo, o uso do termo *shopping à céu aberto* para fazer referência aos espaços públicos do Calçadão da Maffei demonstra que a Prefeitura Municipal passou a reconhecer os segmentos populares que ali já faziam suas compras como também potenciais consumidores destes espaços. Reconhecendo a busca por melhores condições espaciais de consumo pelos segmentos populares, a Prefeitura Municipal passou a unir o útil com o agradável. Estando estes espaços em condições físicas já muito deterioradas pelo tempo e com dinheiro em caixa para realizarem novos projetos, o poder público decidiu unir a necessidade física por um novo projeto com uma demanda popular por melhores condições espaciais de consumo. Com isso, não só resolveria um problema de infraestrutura como também tiraria vantagens políticas em atender estas novas demandas populares.

O processo de transformação dos espaços do centro não é apenas consequência do seu abandono pelas elites locais, mas também reflexo do surgimento de um outro modelo de sociedade. Os novos projetos lançados para o Calçadão e para a Praça Nove de Julho são apenas o reflexo dessas transformações. Nesse sentido, o que efetivamente deixou de existir no centro foram as práticas de encontro, de lazer e de sociabilidade que não estivessem permeadas pelas relações de compra. O momento de transformação dos espaços do centro ocorreu de forma paralela à transformação de um modelo de sociedade, de uma outra forma de ser e estar no mundo. A ambiência urbana existente nos antigos e atuais projetos são apenas o reflexo desses modelos. O *abandono* que o centro de Presidente Prudente efetivamente presenciou foi o *abandono de antigas práticas de sociabilidade*.

Em rumo a qual abandono?

Transformações sociais implicarão em transformações espaciais. Se o espaço urbano é socialmente produzido e portanto reflexo da sociedade que o produz, ele passará por transformações. Se a sociedade muda, o espaço da cidade também muda. A produção do espaço das áreas centrais não é exceção a essa regra. A exemplo disso, desde Lefebvre (2016), as cidades não são tidas como dados naturais. Para o autor, as obras naturais não são passíveis de produção e reprodução. Dizer que a cidade é uma *obra da natureza* seria o mesmo que dizer que ela não pode ser produzida. E nos deparamos constantemente com os atos intencionais de produção – e não de criação – das cidades.



Um segundo autor importante para essa premissa é Correa (1989), que toma a cidade como produto social a partir de alguns pontos básicos. Dois deles merecem ser aqui citados: um que toma a cidade como reflexo da sociedade – *civitas* – e outro que toma a cidade como fato físico – *urbs*. Portanto, as cidades se constituem enquanto reflexo da sociedade que as compõem porque expressam em sua forma os seus diversos momentos históricos vividos, tanto o presente quanto o passado.

Nesse sentido, cabe aqui fazer um esclarecimento importante. Os espaços da cidade mudam de acordo com as transformações da sua sociedade, mas elas não ocorrem de forma síncrona. Ou seja, as transformações sociais e espaciais não acontecem exatamente ao mesmo tempo. Primeiro uma ocorre para que depois a outra a acompanhe. Gottdiener (1993) estabelece o paralelo da produção do capital com a produção da cidade. Para o autor, as formas urbanas nem sempre acompanham temporalmente os atuais estágios de produção do capital. Apesar das cidades estarem diretamente relacionadas ao modo de produção de seu modelo econômico, por exemplo, é preciso levar em conta a existência de um possível descompasso entre seus estágios de produção e suas implicações nas formas urbanas. Como orientação, Gottdiener (ibidem) sugere focarmos primeiramente na análise dos espaços, para só depois relacioná-los com os modelos sociais que o produziram.

Segundo essa sugestão, olhemos para as novas ambiências urbanas propostas para o centro de Presidente Prudente. Dois projetos foram destacados nesse trabalho: o novo projeto para o Calçadão da Maffei e o novo projeto para a Praça Nove de Julho. Por conta de uma direta intervenção do Ministério Público Estadual e de ativistas do patrimônio histórico da cidade, o novo projeto lançado para a Praça Nove de Julho pouco mudou, sendo a sua antiga espacialidade urbana preservada. A principal mudança espacial que se observou no centro da cidade nos anos 2010 se deu através do novo projeto para o Calçadão da Maffei. A nova espacialidade criada para esse trecho pedestrianizado mais se assemelha a um corredor comercial do que a um espaço essencialmente público. Se o projeto executado na década de 1970 primava pela criação de espaços de encontro, permanência e sociabilidade entre os seus diferentes frequentadores, o projeto dos anos 2010 é o seu o extremo oposto. Inúmeras vezes mencionado como um grande *shopping à céu aberto* ou como o novo *shopping popular* da cidade, o Calçadão da Maffei se transformou em uma ode ao consumo (figura 10). É claro que o centro de Presidente Prudente historicamente sempre foi reconhecido pela sua concentração de estabelecimentos comerciais – e isso não mudou. O que mudou foi a prioridade dada as práticas de consumo *no* e *do* espaço do centro em detrimento a qualquer outra forma de apropriação espacial.

Se as transformações espaciais são conformadas por condicionantes sociais, cabe pensar sobre o nosso atual modelo de sociedade, tão fortemente embasada nas relações de consumo. Segundo Bauman (2008), a sociedade passou por uma significativa transformação na transição do século XIX para o século XX, que consistiu na passagem da *sociedade de produtores* para uma *sociedade de consumidores*. Para o autor, essas duas formas de se estabelecerem relações sociais são entendidas como opostas, justamente pelos aspectos basilares que as constituem: em uma, as relações de produção, e em outra, as relações de consumo. Por isso, cabe aqui fazer um breve adendo sobre a histórica diferença entre esses modelos de sociedade.

Até o final do século XIX, o que estruturava a sociedade eram as relações que seus membros estabeleciam com a produção de suas condições de subsistência no mundo. Por isso, por exemplo, os membros dessa sociedade de produtores tinham uma relação tão forte com a ética do trabalho. Seus membros encaravam as suas relações com o trabalho do ponto de vista moral. A prática do trabalho era tida como moralmente importante para a construção do homem no mundo.

É claro que as relações de compra e venda de mercadorias se faziam presente na sociedade de produtores. Mas o seu papel era muito diferente do significado que passou a assumir hoje em nossa sociedade de consumidores. Costa (2004) destaque que o consumo nos séculos XVII, XVIII, e XIX tinha uma conotação totalmente diferente do consumo do século XX e XXI. O consumo realizado na sociedade de produtores tinha o foco no longo prazo, o ideal do consumo era o de que as mercadorias compradas durassem o máximo de tempo possível – de preferência, passassem de geração em geração. Já a sociedade de consumo se caracteriza por uma cultura *agorista*, que visa o consumo imediato e rapidamente substituível, com uma enorme pressa em adquirir, descartar e substituir (BAUMAN, 2008).

Na atual sociedade de consumo, o consumismo passou a estruturar a sociedade e todos os aspectos a ela relacionados, como a economia, a política, a cultura e – inclusive – o espaço. Nesse sentido, Canclini (1995) aponta o consumo como um conjunto de práticas cotidianas mais complexas no contexto atual, já que não diz mais respeito a uma interação entre produtos e consumidores. Agora essas práticas estão associadas também a uma forma de estabelecer uma troca de mensagens entre os seus membros. O consumo passou a ser o que Canclini (ibidem) definiu como uma “racionalidade sociopolítica interativa” (p. 54)

A essa altura o leitor deve estar se perguntando: mas as transformações espaciais do centro de Presidente Prudente não aconteceram todas entre o século XX e XXI? Até porque a cidade, fundada em 1917, tem hoje pouco mais de cem anos. Por isso, essas transformações espaciais não aconteceram todas nos moldes de uma sociedade de consumo? É exatamente nesse ponto que cabe retomar o ensinamento de Gottdiener (1993): as formas urbanas nem sempre acompanham temporalmente os mesmos estágios de produção do capital e da sociedade. No caso, é possível afirmar que os aspectos espaciais representativos dessa transição social para uma sociedade de consumidores aconteceram em Presidente Prudente nos anos 2000 – repercutindo na execução de novos projetos para o seu centro em 2010.

As práticas socioespaciais presentes no centro da cidade antes e depois dos anos 2010 são representativas dessa transição. Cabe aqui lembrar das narrativas de Resende (1992) sobre a vida noturna do centro de Presidente Prudente durante a década de 1960. Segundo o autor, a *boemia* prudentina acontecia no centro, chegando a avançar madrugada adentro. O centro era o local de *ver e ser visto*. Após a missa do começo da noite na Igreja Matriz, hoje Catedral da cidade, seguiam-se as sessões nas salas de cinema. Terminadas as sessões, os jovens da época circulavam pelas ruas e praças

do centro no famoso *footing*, embalados pelas músicas tocadas pela Dona Odete, locutora do autofalante da Praça Nove de Julho. Aos boêmios, a noite se estendia para os diversos bares e restaurantes do centro, que permaneciam abertos, noite adentro.

A realidade que se vê hoje no centro de Presidente Prudente é radicalmente distinta da narrada por Resende (1992). A começar pelo fato de não existir mais vida noturna no centro da cidade. Ao acompanhar as práticas espaciais presentes hoje no centro, é possível afirmar que elas são insipientes e pontuais (SCUDELLER, 2021). Poucas são as pessoas que ousam circular nas ruas do centro durante a noite. Quando muito, observam-se algumas pessoas sentadas nos bancos da Praça Nove de Julho jogando um carteadado, ou alguns jovens aproveitando do vazio sepulcral do Calçadão para fazer ensaios fotográficos ou andar de skate. Os raros bares e restaurantes que permanecem abertos durante a noite recebem poucos clientes²². A única exceção acontece nos finais de ano, durante as compras de Natal e Ano Novo, quando os lojistas do centro estendem o seu horário de funcionamento para atenderem a demanda da clientela. O intenso movimento que se observa hoje no centro acontece em dias úteis e em horário comercial, justamente porque as práticas socioespaciais que acontecem ali estão intrinsecamente ligadas às relações de consumo. O cenário que hoje se apresenta ao centro é diferente do que se apresentava nos anos 1960.

Perante tais mudanças, que tipo de abandono o centro de Presidente Prudente presenciou? Levanto a ideia de duas esferas de abandono para o centro. Uma de natureza espacial e outra de natureza socioespacial. A de sua natureza espacial data da década 1990, quando da sua perda de diferencial de mercado e prestígio social, implicando no surgimento de outras centralidades intraurbanas capazes de atrair para si as elites econômicas da cidade. Data dessa época o surgimento do *Prudenshopping*, centro de compras para onde os lojistas com maior capital de investimento se dirigiram. Já o abandono de ordem socioespacial aconteceu principalmente nos anos 2000, quando do predomínio das práticas de consumo em detrimento das práticas de lazer e sociabilidade não permeadas pelas relações de compra e venda. Representativo desse processo de transformação são as diferentes ambiências espaciais presentes nos antigos e atuais projetos para os espaços públicos do centro. Enquanto, os projetos anteriores remetiam ao estímulo de práticas de permanência e de encontro entre os seus diferentes frequentadores, as espacialidades dos novos projetos buscar apenas a dar suporte às práticas de consumo de bens e serviços que lá acontecem.

Contudo, ainda assim, o *abandono* do centro nunca foi completo. Sempre foi relativo e parcial. Mesmo perante o surgimento de novas centralidades na malha urbana da cidade, o centro de Presidente Prudente permaneceu ocupado. O que leva a crer que o discurso de abandono e de deterioração de seus espaços esteve muito mais ligado ao estigma negativo socialmente atribuído aos segmentos populares que lá permaneceram. Também pelo próprio movimento cíclico de intervenções do centro, resultado dos processos de degradação e transformação dos seus espaços. Assim, dizer *abandono* não significa dizer *esvaziamento*. Pois, os espaços do centro tendem a ser reflexo da sociedade que os produzem, sendo espaços constantemente ocupados, transformados e renovados ao longo de sua história.

²² Quando do lançamento do projeto do novo Calçadão para a Maffei, o Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Prudente lançou uma campanha de estímulo aos lojistas para a atualização das fachadas das lojas do centro. Em cooperação com a Prefeitura Municipal, a solicitação era a de que os lojistas reformassem as suas fachadas de forma a construir vitrines que pudessem expor as suas mercadorias mesmo fora do horário comercial. Segundo o Sindicato, essa era uma forma de atrair as pessoas a frequentarem o centro de Presidente Prudente durante o período noturno, dando continuidade a proposta da Prefeitura em fazer do Calçadão da Maffei um grande *shopping à céu aberto* (SCUDELLER, 2021).

Agradecimentos

A pesquisa que deu origem ao trabalho de mestrado citado neste artigo contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à qual expresso aqui os meus agradecimentos. Número do processo: 2018/17476-1.

Referências

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.
- ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CANCLINI, Nestor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. Declínio do comprador, ascensão do consumidor. In: *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Garamond, 2004.
- FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*, v. 3, 2004.
- FUÃO, Fernando. *A collage como trajetória amorosa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- GÓES, Eda Maria. et al. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba: Appris, 2019.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Itapevi: Nebli, 2016.
- MIÑO, Oscar. Sobarzo. *Os espaços da sociabilidade fragmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Doutorado em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2005.
- MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. *Shopping centers e (re)estruturação urbana em Presidente Prudente*. Dissertação em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 1999.
- RESENDE, Benjamin. *Raízes prudentinas*. São Paulo: Senac, 1992.
- SCUDELLER, Bárbara Pozza. *Espaços públicos e consumo: os impactos das lógicas econômicas sob a produção do espaço urbano e suas implicações no “projeto de revitalização” da área central de Presidente Prudente/SP*. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo—São Carlos: Universidade de São Paulo, 13 dez. 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MIÑO, Oscar Sobarzo. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Dissertação em Geografia—Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1983.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias, resultados*. Barueri, SP: Manole, 2015.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, Arthur. *A produção do espaço urbano em Presidente Prudente*. Dissertação em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 1997.

YIN, Roberto. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5º ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.